

MULTICULTURALISMO, GLOBALIZAÇÃO E MOVIMENTOS “INDÍGENAS”¹ NA AMÉRICA LATINA: O EZLN e os usos da internet

*Faustino Teatino Cavalcante Neto*²

SOBRE MULTICULTURALISMO E GLOBALIZAÇÃO

Refletir sobre o multiculturalismo é pensar sobre a ideia da diferença nas nossas sociedades; remete a um discurso em defesa da diversidade de formas de vida nas sociedades atuais. No multiculturalismo se pretende a convivência, em um país, região ou local, de diferentes culturas e tradições e, portanto, o

1 É pertinente uma observação sobre essa categoria utilizada para falar dos habitantes nativos do continente chamado América. A palavra “índio”, para além de sua capacidade generalizante, também se converteu em sinônimo de colono da América e em seguida de escravo de fazenda. Desse modo, pelo processo de pretensa dominação colonial, “índio”, em grande parte da América, é uma palavra carregada de menosprezo. Ultimamente, as organizações preferem se autodenominar de “povos nativos”, uma vez que a palavra “indígena” também trás consigo esta significação. Cf. Rojas, 1998, p. 165-166.

2 Doutorando em História pela UFPE e professor de História da América do Departamento de História da Universidade Estadual da Paraíba (Campina Grande).

reconhecimento da não-homogeneidade étnica e cultural. Nele, que freqüentemente é pensado como se opondo ao etnocentrismo, pretende-se o pluralismo cultural, pois se aceita os diversos pensamentos sobre um mesmo tema, abolindo o dito único. Deseja-se o diálogo entre as culturas diversas para a convivência pacífica e com resultados positivos às mesmas.

O filósofo canadense Will Kymlicka (1995) identifica três tipos correntes de multiculturalismo ativista, a saber: o multiculturalismo como comunitarismo; o multiculturalismo dentro de uma estrutura liberal; e o multiculturalismo como uma resposta à construção do Estado.

Segundo ele, o primeiro pode ser descrito a partir da ideia de minorias *versus* a concepção do individualismo liberal. Alguns isolacionistas querem defender seu estilo de vida incondicionalmente e são considerados radicais. De acordo com o autor, o extremismo desta corrente pode levar a restringir as liberdades individuais e, conseqüentemente à opressão de alguns grupos dentro das comunidades culturais. Por exemplo, em algumas culturas as mulheres são forçadas a se casarem e obrigadas a ficarem em casa.

A segunda corrente de pensamento e ativismo defende que os grupos em desvantagem devem ser incluídos socialmente, no entanto, sem abrir mão de suas *diferenças*. Neste caso, o multiculturalismo é compatível com a democracia e os princípios liberais. O autor denomina este tipo de "cultural liberal".

Já os adeptos da terceira corrente defendem a criação de instrumentos específicos para "pluralizar" o Estado. Isto é, o Estado liberal tradicionalmente considerado neutro, na verdade não é neutro e gera a dominância de um grupo homogêneo e a exclusão de todos os outros. Existe implícita aqui a ideia de reconstrução de um projeto que não deu certo e, portanto, não simplesmente a sua negação ou a inclusão dos excluídos como no primeiro e segundo caso.

Não obstante das diferenças conceituais sobre multiculturalismo entre as correntes ativistas, Kymlicka destaca dois pontos principais que devem ser resguardados e respeitados: as liberdades individuais dentro dos grupos e as relações igualitárias entre os diferentes grupos.

Burity (1999) observa que para entendermos a crescente sensibilidade para o tema da diferença e sua articulação em termos socioculturais sob a forma de uma reivindicação de direitos para grupos "subordinados" nas últimas décadas, se faz pertinente observar dois aspectos da cultura ocidental. O primeiro diz respeito à matriz colonialista e imperialista que se difundiu mundo afora entre os séculos XVI e início do XX, levando com ela modelos de organização social, desenvolvimento e mudança política que em larga medida se institucionalizaram no atual sistema de Estados Nacionais e numa economia mundial dominada pelo capitalismo. Práticas, valores e instituições historicamente construídas a partir da modernidade européia e estadunidense se espalharam pelo mundo, tornaram-se ideais de progresso e emancipação, procurando imporem-se onde à resistência se fez mostrar. Como tarefa, tais Estados Nacionais encarregaram-se de procurar dobrar a resistência, forjando uma uniformidade que atendia pelo apelo da Nação em busca de seu futuro no "mundo moderno", atribuindo lugares aos que se posicionavam – contra ou a favor – frente às formas concretas de implementação destes projetos de modernização. Este avanço do Ocidente que levou ao modelo do Estado Nacional e à trajetória da modernização representa o grau zero das disputas multiculturais.

O segundo aspecto da cultura ocidental, segundo Burity, é que a história do século XX foi acumulando uma crescente desconfiança ou recusa aos modelos modernizadores – tanto liberais como socialistas. Tais modelos sofreram, a partir dos anos 1960, uma importante inflexão através de movimentos sociais e intelectuais de contestação política e cultural,

ocorridos em várias partes do mundo, os quais contribuíram para deslegitimar, questionar e enfrentar a ideia hegemônica de Ocidente. Este posicionamento crítico se expressou na emergência de novas formas de identificação coletiva – povos “indígenas”, afro-descendentes, mulheres, homossexuais, ecologia, pacifismo, juventude, movimentos religiosos – e novas formas de pensamento, que puseram em questão o etnocentrismo e o caráter excludente da ordem liberal vigente. A emergência destas formas sociais e intelectuais que leva à afirmação da pluralidade de esferas públicas, dos direitos dos grupos historicamente excluídos social ou culturalmente, representa o primeiro momento do surgimento das bandeiras multiculturais.

Desse modo, as discussões acerca do multiculturalismo acompanham os debates sobre o pós-modernismo e sobre os efeitos da pós-colonização na cena contemporânea, o que se verifica de forma mais evidente a partir dos anos 1970.

Mais recentemente, entretanto, uma nova onda de expansão ocidental tem se verificado, a qual é capturada pela ideia de globalização³. Segundo Featherstone (1995, p. 95-

3 Giddens (1990) define globalização como “(...) a intensificação de relações sociais mundiais que unem localidades distantes de tal modo que os acontecimentos locais são condicionados por eventos que acontecem a muitas milhas de distância e vice versa”. Santos (2002) observa que uma revisão dos estudos sobre os processos de globalização mostra-nos que estamos perante um fenômeno multifacetado com dimensões econômicas, sociais, políticas, culturais, religiosas e jurídicas interligadas de modo complexo. Diz ainda que a globalização das últimas três décadas, em vez de se enquadrar no padrão moderno ocidental de globalização – globalização como homogeneização e uniformização – parece combinar a universalização e a eliminação de fronteiras nacionais, por um lado, o particularismo, a diversidade local, a identidade étnica e o regresso ao comunitarismo, por outro.

96) duas modalidades se apresentam em face à globalização: a associada à emergência/afirmação dos Estados Nacionais e seus símbolos e cerimônias; outra que reflete pressões para que os Estados Nacionais reconstituam suas identidades coletivas em moldes pluralistas e multiculturais, que confirmam espaço para diferenças regionais e étnicas. Nesse sentido, o que se verifica é que o caráter da globalização parece intensificar os dois aspectos acima mencionados, ao mesmo tempo em que reforça o paradoxo entre suas duas modalidades. Pois, ao mesmo tempo em que a globalização representa certa forma de interconexão e interpenetração entre regiões, Estados Nacionais e comunidades locais que está marcada pela hegemonia do capital e do mercado, ela também se faz acompanhar por uma potencialização da demanda por singularidade e espaço para a diferença e o localismo. O discurso multiculturalista, neste sentido, tanto se beneficia como impulsiona a globalização, embora em direções nem sempre favoráveis às falas dominantes sobre a mesma.

A globalização do capital e a circulação intensificada de informações, com a ajuda de novas tecnologias, longe de uniformizar o planeta (como propalado por certas interpretações fatalistas), trazem consigo a afirmação de identidades locais e regionais, assim como a formação de sujeitos políticos que reivindicam, a partir das garantias igualitárias, o direito à diferença.

O EZLN E OUTROS MOVIMENTOS “INDÍGENAS” NA AMÉRICA LATINA: A EMERGÊNCIA DE UM PARADIGMA REVOLUCIONÁRIO

Para Castells (1999, p. 93), ao mesmo tempo em que “A globalização e a informacionalização, determinadas pelas redes de riqueza, tecnologia e poder, estão transformando o nosso mundo, possibilitando a melhoria da nossa capacidade produtiva, criatividade cultural e potencial de comunicação”, encontram-se também privando as sociedades de direitos políticos e privilégios.

Segundo esse autor, frente a tal processo surge uma resistência em forma de projetos alternativos que contestam a lógica inerente a essa nova ordem global.

É nesse quadro que observamos que a América Latina, do último terço do século XX, encontra-se marcada pela emergência de vários movimentos “indígenas” anti-sistêmicos com novas especificidades⁴ e que têm a força de mostrar os profundos limites do sistema democrático constituído a partir do ideal de Estado-Nação, bem como os da onda de globalização em curso. O exemplo precursor e mais evidente no quadro latino-americano pode ser tomado como sendo o dos camponeses “indígenas” do Estado de Chiapas⁵ (México). No início dos anos 90, o presidente Carlos Salinas de Gortari (1988-1994) estava realizando uma série de reformas neoliberais que, dentre outros objetivos, visava reestruturar a economia mexicana e adaptá-la ao Tratado de Livre Comércio da América do Norte - NAFTA (EUA, Canadá e México). Dentre as reformas, a que mais atingiu a vida dos povos “indígenas” foi a da modificação do Artigo Constitucional Número

4 Depois do sucesso da Revolução Cubana (1959), a guerrilha se constituiu como uma das mais importantes formas de revoltas anti-sistêmicas, como método capaz de alcançar a conquista do poder político. Contudo, após a queda do muro de Berlim (1989) e o fracasso das diversas experiências socialistas na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, a conjuntura política dos anos 90 era extremamente desfavorável ao surgimento de movimentos anti-sistêmicos. Cf. Amador Gil, 2005, p.

5 Chiapas é um Estado bastante desigual: 60% da população vive na região rural, 54% da população é considerada desnutrida e a fome na região das montanhas chega a atingir 70% da população. Um terço das moradias não tem energia elétrica, embora o Estado forneça 60% da eletricidade do México. É uma região com grande concentração fundiária. Em 1980, 30 mil proprietários concentravam 63% das terras agricultáveis. Cf. Fuser, 1995, p. 110.

27⁶, que protegia a propriedade comunal da terra, garantindo-a para quem nela trabalhava⁷. Amador Gil (2005), destaca que essas terras, até 1992, não podiam ser vendidas, arrendadas ou hipotecadas e que esta alteração mexeu diretamente com a base da cultura “indígena”. Ao mesmo tempo enfatiza que tal modificação era uma exigência dos grupos empresariais e financeiros estadunidenses, visto que não admitiam a proteção de uma estrutura coletiva que impedia a estruturação completa de um mercado de terras capitalista.

Coincidindo com a entrada em vigor do NAFTA⁸, em 1º de janeiro de 1994, um grupo de três mil camponeses “indígenas”, dentre homens e mulheres⁹, denominado Exército Zapatista de Libertação Nacional - EZLN, iniciou uma rebelião armada

6 A Constituição Mexicana de 1917 foi a primeira da história a incluir os chamados direitos sociais. Os seus artigos fundamentais são dois: o 123, que dispõe sobre a legislação social com medidas relativas ao trabalho e à proteção social; e o 27 que dispõe sobre a propriedade da terra, com reformas destinadas a restringir a posse de explorações mineiras e de terras por estrangeiros. Cf. Bruit, 1988, p. 47-48.

7 O pretexto para a criação do decreto que pôs o fim as garantias dos “índios” as suas terras foi a Conferência sobre o Meio Ambiente realizada no Rio de Janeiro em 1992 (ECO-92) e a súbita “necessidade de se preservar as florestas tropicais”. Cf. Castells, 1999, p. 103.

8 O golpe de misericórdia deferido contra a frágil economia das comunidades camponesas veio quando as políticas de liberalização da economia mexicana dos anos 90, durante a fase de preparação para ingresso no NAFTA, aboliram as barreiras alfandegárias sobre importações de milho e acabaram com o protecionismo dos preços do café. A economia local, baseada na silvicultura, criação de gado e culturas de café e de milho fora desmantelada. Cf. Idem, p. 104.

9 A maioria dos integrantes do grupo era de nativos oriundos de diversos grupos étnicos (tzeltal, tzotzil, chol, tojolabal e zoque), embora houvesse também mestiços, e alguns de seus líderes, especialmente seu porta-voz, o Subcomandante Marcos, eram intelectuais de origem urbana. Id Ibidem.

ocupando algumas cidades do Estado de Chiapas (San Cristobal de las Casas, Altamirano, Ocosingo e Las Margaritas), na região sul – o mais pobre do país, adquirindo logo grande visibilidade.

Segundo Amador Gil (2005), o zapatismo foi um movimento de guerrilha revolucionária (EZLN) apresentado como resposta às políticas de livre comércio e de retração da ação social do Estado sobre povos “indígenas”, logo, anti-sistêmico, entretanto com especificidades novas. Inseridos em uma década (1990) em que se vivia o auge do refluxo dos movimentos de contestação e a guerrilha como forma de método capaz de alcançar a conquista do poder político não era mais considerada como uma alternativa política viável, os zapatistas logo mudaram os seus objetivos estratégicos. Continuaram a se organizar na forma de guerrilha revolucionária (EZLN), reconhecendo o seu parentesco com os movimentos revolucionários latino-americanos anteriores, como os de Cuba e Nicarágua, utilizando-se, inclusive, de alguns de seus símbolos como as cores vermelho e preto, contudo, o seu principal objetivo deixou de ser a tomada do poder político.

De acordo com Le Bot (1997, p. 47-52), o objetivo de “mudar o mundo sem tomar o poder”¹⁰ articulou a metamorfose da luta armada e passou a ser o forte componente de originalidade do zapatismo, que procurou operacionalizar outras categorias de análise, ao substituir conceitos como socialismo, luta de classes e ditadura do proletariado por democracia, justiça e liberdade. Sobre essa especificidade do EZLN, esse sociólogo francês diz que

O zapatismo alicerça as suas reivindicações num eixo triplo: o movimento faz exigências políticas, geralmente referidas à questão da

10 Sobre essa estratégia política do EZLN, que caracteriza esse movimento social dentro do paradigma contemporâneo ver o livro “Mudar o Mundo sem tomar o Poder. O Significado da Revolução Hoje” (2002), que o filósofo John Holloway escreveu em conjunto com Subcomandante Marcos.

democracia; exigências éticas, geralmente relacionadas à justiça; e reivindica a afirmação de um novo sujeito, relacionando-o às questões da liberdade, da autonomia e da dignidade. O modelo insurrecional zapatista teve uma forte influência comunitária indígena que prevaleceu sobre o vanguardismo leninista ou guevarista. (IDEM) (Grifos nossos).

Essa filosofia zapatista tem se constituído como projeto alternativo de possibilidade de revolução, não pela tomada do poder do Estado via exército revolucionário, mas fazendo uso deste para desarticular cotidianamente o poder do capital, assim como forma de forçar o diálogo com o governo. Como já mencionado, os zapatistas não objetivam a tomada de poder e sim a construção de novas relações de poder entre Estado e sociedade que possibilitem a construção de uma democracia comunitária, conforme observa Amador Gil:

Ao se afastarem do objetivo da conquista do poder através da luta armada, os zapatistas privilegiam a construção de uma verdadeira democracia que possa dar conta das exigências éticas, das afirmações de identidade e que também leve em conta a construção de um poder comunitário condizente com a trajetória de história de vida das comunidades indígenas. Eles procuram as vias de invenção de uma democracia aberta aos atores sociais. A luta contra o capital é uma luta pela construção de uma nova forma de relacionamento social e pela recuperação da condição humana (2005, p. 123).

Desse modo, evidencia-se que o movimento zapatista carrega em si uma forte contestação à democracia ocidental na forma como hoje é exercida, desejando construir não um regime em que o povo

somente tenha o poder para depositá-lo nas mãos dos outros e sim construir uma democracia plural em que o ato de governar recaia na comunidade como um todo. Como bem destaca Le Bot (1997, p. 64), o EZLN procura estabelecer uma sociedade diferente a partir de uma democracia plural em que se possa conciliar democracia e práticas comunitárias, democracia direta e eleição de representantes, participação e representação, igualdade e identidade.

O antropólogo peruano Rodrigo Montoya Rojas (1998, p. 165) também destaca que o último terço do século XX, encontra-se marcado, na América Latina, pela emergência de vários movimentos étnicos que têm a força de mostrar os profundos limites do sistema democrático construído a partir do ideal de Estado-nação. Diz ainda que o sucesso do MZLN foi decisivo para que outros movimentos em países de forte composição "indígena" como Guatemala¹¹, Nicarágua¹²,

11 A Guatemala hoje, cinco séculos depois da presença espanhola, está dividida em duas: a da população extremamente pobre, integrada pelo coletivo "indígena" (basicamente Maia) e a da população mais próspera mestiça (descendentes dos colonizadores espanhóis), onde as diferenças culturais são motivos de discriminação e divisão. Com a missão de trabalhar essa discriminação e de recuperar, melhorar e reforçar a identidade, a cultura, pensamento e visão de mundo dos maias, a Defensoria Maia (DEMA) surgiu em 1990 como um poderoso defensor dos direitos humanos desses "indígenas", estruturado com um escritório central na Cidade da Guatemala e filiais em 10 regiões. Cf. ADITAL: Notícias da América Latina e Caribe.

12 O Movimento Indígena da Nicarágua (MIN) foi fundado no primeiro semestre de 1993, através de um processo de base que incluiu reuniões e consultas em nível comunitário, departamental e regional. O motivo foi a necessidade de lutar por direitos consuetudinários e coletivos dos povos "indígenas" e a necessidade de aumentar a sua visibilidade e, portanto, chegar ao governo exigindo políticas públicas que os beneficiassem. Estabeleceu-se como uma referência do diálogo entre os povos "indígenas" da Nicarágua para reivindicar

Equador¹³, Peru¹⁴ e Bolívia¹⁵ desafiassem o monolítico poder dos Estados-Nações, formados com base na exclusão destes "indígenas". Apesar de não terem a mesma difusão mundial que a dos zapatistas, as organizações "indígenas" desses países

as políticas públicas que gerem o respeito, a promoção dos direitos, a propriedade comunal, o sistema de organização da comunidade, os recursos naturais, a identidade cultural e a cosmovisão das comunidades étnicas. Cf. Movimiento Indígena de Nicaragua. In: Consejo Indígena de Centro América.

13 No Equador as elites criollas criaram um estado-nação que marginalizou as maiorias "indígenas", que constituem cerca de metade da população do país. Aos "índios" eram negados direitos fundamentais: o acesso às suas terras ancestrais e à educação na sua própria língua. A década de 1990 começou no Equador com o movimento "indígena" de Inti Raymi, quando durante toda uma semana, as comunidades serranas cortaram estradas, cercaram cidades, encerraram mercados e irromperam na capital, Quito, cujas principais reivindicações eram: direito a terra e efetivação de um Estado plurinacional, sendo esta a sua reivindicação principal. Foi a primeira vez que os "índios" se tornaram visíveis para os poderes dominantes daquele país. Cf. Zibechi, 2002.

14 Sobre o caso do movimento "indígena" no Peru ver DELGADO, Ana Carolina e LEMGRUBER, Silvia. 2006.

15 Na Bolívia, desde 1978 os partidos "indígenas" (chamados de kataristas e indianistas) participam das disputas eleitorais, mas sem sucesso. Desde a conquista do direito de voto, na Revolução Nacionalista dos anos 50, o eleitor "indígena" boliviano tendia a votar freqüentemente no Movimento Nacional Revolucionário (MNR). Porém, nas eleições de 2002, os setores camponeses e "indígenas", representados pelos líderes "indígenas" de esquerda, como Evo Morales e seu partido Movimento ao Socialismo (MAS), assim como pelo aimará de esquerda Felipe Quispe, do Movimento Indígena Pachakuti, atingem uma representação de 31% no Congresso. E, nas eleições presidenciais de 2004, o MAS consegue eleger como Presidente da Bolívia o "indígena" aimará Evo Morales. Cf. Zibechi, 2002.

conquistam, passo a passo, parte de suas reivindicações. Entre as mais importantes estão: "(...) o reconhecimento de seu território; a defesa de sua cultura, de sua língua de sua dignidade, o respeito que merecem enquanto povos e a defesa da natureza da qual se sentem parte." (ROJAS, 1998, p. 166).

No que diz respeito à luta desses movimentos "indígenas" pelo território, Rojas (1998) observa que não se trata apenas de uma parcela de terra reclamada para uma família ou para um indivíduo na concepção ocidental clássica. Trata-se de uma vasta extensão de um território multiétnico de uso coletivo onde se é possível a vida e a reprodução cultural de um ou mais povos "indígenas". Ao mesmo tempo Rojas (1998) diz que a noção de território cria sérias dificuldades entre militares e diplomatas encarregados de defender a soberania dos Estados-nações. Isso porque a reivindicação territorial lhes parece um atentado contra a unidade do Estado-nação, visto que supõem que os povos "indígenas", ao reivindicarem um território para si, desejam criar outro Estado-nação, o que os tornariam cúmplices na formação de Estados vizinhos.

Para uma contra-argumentação a esse respeito é interessante observar que

Ao contrário dos diversos movimentos nacionalistas europeus e asiáticos, o movimento zapatista no México nunca apregou um separatismo maia, ou seja, a formação de uma nação que se assentasse numa base étnica. Os índios raramente apelam à sua qualidade de Maias. Os zapatistas querem-se resolutamente mexicanos, indígenas mexicanos. A questão indígena é para eles uma questão nacional central, concebida numa perspectiva de integração que não seja assimilação. O movimento se destaca por procurar o comunitário e o

nacional, assim como a indianidade com a mexicanidade. O movimento reivindica um pluralismo étnico que se daria a partir da afirmação do caráter multicultural da nação. (AMADOR GIL, 2005, p. 127).

Nota-se que a luta pelo território estabelece também um debate sobre o conceito moderno de igualdade¹⁶, pressupondo outra luta pelo direito à diferença no sentido de uma dupla cidadania no seu respectivo Estado-nação. Nesse mesmo sentido, Rojas enfatiza que

Quando os dirigentes do Conselho Aguaruna-Huambisa no norte da Amazônia peruana perguntam: "Devemos ser iguais a quem e por quê?" E quando afirmam que se sentem peruanos, que são peruanos, mas que querem continuar sendo Aguarunas e Huambisas, questionam o caráter etnocêntrico do ideal de igualdade proposto como universal pela Revolução Francesa de 1789 e defendem o direito de se diferenciar. Reivindicam, conseqüentemente, uma cidadania étnica, uma dupla cidadania: a do estado-nação (peruana, brasileira, equatoriana, boliviana, por exemplo) e a do povo indígena a que

16 Rojas, analisando o caráter etnocêntrico da noção de igualdade, destaca que "*O conceito de igualdade é um dos ideais mais extraordinários criados pela utopia da modernidade. Em seu nome morreram milhões de pessoas. De fato, os homens e as mulheres do mundo não são iguais. Possuímos uma estrutura biológica diversificada e profundas diferenças culturais e sociais. No entanto, na busca pela igualdade, assume-se inevitavelmente uma parte dos seres humanos como modelo a ser seguido por todos. Se o modelo deve ser o ocidental, então um fragmento se converte em universal e o ideal de igualdade se torna uma sombra que impede enxergar o gravíssimo problema da dominação*" (1998, p. 168).

pertencem (Aguaruna-Huambisa, Terena, Shuar, ou Guarani). (1998, p. 167).

Assim, na luta pela igualdade não houve, até agora, espaço para a diferença, uma vez que a ideologia do Estado-nação busca um estado, uma nação, uma cultura, um idioma. É interessante frisar que esses movimentos “indígenas” travam uma luta contra a noção de igualdade na sua versão moderna não o rechaçando, uma vez que buscam um ideal em que a igualdade, num conjunto de direitos de todos os homens e mulheres do mundo, coexista com o direito à diferença dos povos “indígenas”. Dito de outro modo é possível ter uma visão diferenciada da igualdade a partir dos direitos de viver, trabalhar, organizar-se e ser livre, abrindo um claro e legítimo espaço para a diferenciação no campo da cultura, da língua e da religião¹⁷. Essa bandeira de luta em defesa da cultura e da língua se expressa mais efetivamente, como destaca Rojas (1998, p. 167), nas batalhas que as organizações “indígenas” lideram para obter programas de educação bilíngüe e intercultural e, desse modo, escapar da educação oficial imposta pelo Estado e caminhar para uma realidade complexa, diversa, multiétnica e plurilíngüe.

Por fim, observamos que em mais de duzentos anos – desde as “independências” na América Latina e o projeto de formação dos respectivos estados nacionais até hoje – a homogeneização como proposta política imposta pelas elites de plantão ganhou terreno, “submeteu” e fez desaparecer muitos povos, mas não a todos. Agora, mais do que nunca, as organizações “indígenas” defendem o direito de serem diferentes, questionando a noção etnocêntrica de igualdade, imposta pelos países ocidentais.

17 Desde o início da colonização européia na América a religião cristã, em suas versões católica e protestante, pretendeu com sua política de evangelização impor seu deus considerado como “único e verdadeiro”.

A COMUNICAÇÃO COMO ARMA: O EZLN E OS USOS DA INTERNET

A novidade na história política mexicana foi a inversão do processo de controle contra todo e qualquer tipo de poder, com base na comunicação alternativa (...). A novidade trazida pelo conflito político de Chiapas foi o surgimento de diversos emissores de informações que interpretaram os eventos das mais diversas maneiras.

O fluxo de informações de domínio público que chega à sociedade através da mídia e dos meios tecnológicos excedeu, e muito, os limites do controlável por estratégias convencionais de comunicação. Marcos deu sua opinião, a Igreja deu sua opinião, os jornalistas autônomos, as ONGs e os intelectuais, pessoas na floresta, na Cidade do México, nas capitais políticas e financeiras do mundo, todos deram sua opinião. Todas essas opiniões alternativas, veiculadas pela mídia livre, ou pela mídia fechada que sentiu o golpe da mídia livre, lançaram dúvidas quanto à forma de construção da ‘verdade’, além de terem suscitado uma enorme gama de opiniões, inclusive a partir do próprio regime político. A visão do poder tornou-se fragmentada. (MORENO TOSCANO Apud CASTELLS, 1999, p. 97).

Conforme analisado anteriormente, tanto Castells (1999) como Rojas (1998) destacam que as duas últimas décadas do século XX, na América Latina, são marcadas pela emergência de vários movimentos “indígenas” de resistência em forma de projetos alternativos que contestam a lógica da então nova ordem mundial: a globalização. Nesse sentido, os autores também observam que o movimento zapatista foi o precursor de um

novo paradigma revolucionário, uma vez que lançou mão de um objetivo político até então nunca usado (“*mudar o mundo sem tomar o poder*”). O seu exército revolucionário (EZLN) passou a ser dirigido estrategicamente para esse fim, não tendo como meta a aniquilação das elites governantes e sim a de forçar o diálogo com estas, afim de que se estabeleça o seu modelo de democracia comunitária.

Amador Gil (2005) também compartilha desse entendimento e ressalta que uma das grandes marcas desse movimento foi o de incorporar a utilização de novos símbolos que visavam potencializar o efeito do uso das armas. Podemos perceber essa assertiva a partir do momento em que o EZLN passou a fazer uso em larga escala do sistema de comunicação via internet, procurando depor mais as armas e lutar no campo simbólico das palavras.

Foi após o choque inicial de combate entre o EZLN e o exército federal (primeiros dias de janeiro de 1994), que o movimento zapatista começou a se utilizar de armas até então novas para aqueles guerrilheiros: a internet¹⁸. Destarte, a comunicação autônoma via computador foi uma das principais metas instituídas pelo movimento:

18 A internet começou a ser utilizada pelos zapatistas graças ao surgimento da *La Neta* (uma rede alternativa de comunicação computadorizada), criada entre 1989-1993, a partir da conexão estabelecida entre ONGs mexicanas (mantidas pela Igreja Católica) e o Instituto de Comunicação Global em São Francisco-EUA (mantido por especialistas em informática que dedicavam parte do tempo e conhecimentos especializados a causas consideradas justas). Em 1993, *La Neta* já havia sido instalada em Chiapas, a um custo bem acessível, tendo como finalidade colocar ONGs locais *on-line*. A *La Neta* mexicana está em: <http://www.laneta.apc.org>. Cf. Castells, 1999, p. 105.

Quando as bombas estavam caindo sobre as montanhas ao sul de San Cristobal, nossos combatentes resistiam aos ataques das tropas federais e o ar recendia a pólvora e a sangue, o “Comitê Clandestino Revolucionário Indígena del EZLN” me chamou e disse mais ou menos o seguinte: devemos dizer o que temos de dizer e sermos ouvidos. Se não fizermos isso já, outros assumirão nossas vozes e mentiras “sairão” de nossas bocas contra nossa vontade. Procure um meio de manifestar nossas idéias a todos que se disponham a ouvi-las. (SUBCOMANDANTE MARCOS, 11 fev. 1994; citado por MORENO TOSCANO, 1996, p. 90 Apud CASTELLS, 1999, p. 104).

De acordo com Bisco Júnior (2006, p. 4), essa fase primeira do movimento foi marcada por uma grande tensão, onde o combate esteve a ponto de recomeçar várias vezes, sobretudo após a primeira tentativa frustrada de negociação com o governo mexicano e o retorno do EZLN a seus postos de combate na selva Lacandona. Para fazer frente às informações transmitidas pelas grandes corporações midiáticas a serviço do governo mexicano¹⁹ o “Comitê Clandestino Revolucionário Indígena del EZLN” passou a difundir informações de sua causa de forma imediata a partir de um expressivo número de comunicados e “(...) o mundo todo começou a conhecer a vertente literária do Subcomandante Marcos, pela poética de seus textos, suas citações, sua ‘tradução’ do mundo

19 As emissoras televisivas mexicanas mantinham grandes relações com os governantes e boa parte da imprensa recebia favores do aparato estatal em troca de uma cobertura branda e manipulada, o que transformava alguns veículos de informação em quase uma espécie de “diários oficiais”. Cf. Bisco Júnior, 2006, p. 5.

*índigena com seus mitos e sua cultura ancestral.*²⁰ (IDEM). Essa publicização também se deu porque um grande número de jornalistas começou a ter acesso ao território controlado pelo EZLN, passando a divulgar tais comunicados na rede mundial com as informações sobre a vida nas comunidades da selva e com as primeiras entrevistas com dirigentes do movimento. Assim, a internet passou a oferecer uma nova alternativa e os levantes, as declarações não mais ficaram restritos apenas a serem transmitidos pelas grandes emissoras televisivas ligadas, nas maiorias das vezes, aos interesses governamentais.

Os comunicados, que também referendavam insistentemente a possibilidade dos zapatistas serem sacrificados pelas forças do governo, tinham ao mesmo tempo o intuito de influenciar a opinião pública para que esta terminasse por forçar o governo a uma negociação²¹. Franchi (2004) frisa que logo

20 Nesse sentido o Subcomandante Marcos desempenhou um papel fundamental, pois possuía extraordinária capacidade de estabelecer um elo com a mídia, por meio de textos bem redigidos e do *mise-en-scène* (a máscara, o cachimbo, entrevistas marcadas), logrando sucesso com suas atitudes meio que de forma inesperada, como é o caso da máscara, que exerceu importante papel na popularização da imagem dos revolucionários: em todo o mundo, qualquer um poderia tornar-se zapatista, bastando para isso usar uma máscara, que representa um ritual bastante recorrente nas culturas "índigenas" do México pré-colombiano, de forma tal que a rebelião, a uniformização das faces e o *flashback* histórico acabaram interagindo, resultando em um dos mais inovadores "recursos dramáticos" de revolução. Cf. Castells, 1999, p. 104.

21 As organizações humanitárias presentes na zona de conflito divulgaram relatórios na internet sobre os ataques das tropas federais à população civil com números de mortos e feridos no conflito e violações aos direitos humanos, principalmente pelos sites do Jornal *La Jornada* (www.jornada.unam.mx) e do canal de Chiapas do Indymedia (chiapas.indymedia.org). Cf. Bisco Júnior, 2006, p. 3.

ONGs do mundo começaram a colocar na rede manifestações de solidariedade aos zapatistas, formando-se uma ampla "rede eletrônica de solidariedade" que foi responsável por um grande número de mensagens de repúdio e pedidos para que o governo mexicano aceitasse um cessar-fogo e negociasse com aqueles "excluídos da terra". Segundo Castells (1999, p. 104) "*A capacidade de os zapatistas comunicarem-se com o mundo e com a sociedade mexicana e de captarem a imaginação do povo e dos intelectuais acabou lançando um grupo local de rebeldes de pouca expressão para a vanguarda da política mundial*". Ainda de acordo com Castells (Idem), o conjunto de imagens e de informações veiculadas pelos zapatistas via internet passou a atuar de maneira decisiva sobre política e a economia mexicanas, isso por que

O ex-presidente Salinas gerou uma "bolha econômica" que, durante muitos anos, permitiu a ilusão de prosperidade com base em um ingresso maciço de investimentos especulativos em títulos do governo remunerados por altas taxas de juros que, por sua vez, através de um espiral de dívida e déficit comercial, assegurou às classes média e operária o direito de usufruir momentaneamente de uma série de bens de consumo importados. No entanto, em virtude da facilidade com que foram atraídos os investidores, qualquer abalo na confiança destes geraria pânico no mercado e implicaria a venda maciça dos títulos mexicanos, afigurando-se a possibilidade de colapso do sistema. De fato, a economia mexicana (em 1994) resumiu-se a um enorme jogo de confiança. Uma vez que a confiança é basicamente criada pela manipulação das informações, pode ser dissipada exatamente da mesma forma. Na nova ordem mundial, em que a informação é o bem mais valioso, ela pode ser também muito mais poderosa que

as balas (MARTINEZ TORRES, 1996, p. 5 Apud CASTELLS, 1999, p. 105)²².

A citação acima reflete que a atmosfera política e econômica mexicana daquele ano (1994) foi favorável ao MZLN, tendo em vista que o governo temia que as notícias zapatistas, em seu amplo movimento em meio à opinião pública, abalasse a confiança dos investidores estrangeiros. Desse modo, o governo mexicano deixou de fazer uso da repressão em larga escala e foi forçado a um imediato cessar-fogo, bem como a negociar com o EZLN²³.

Como bem analisa Le Bot (1997), naquela época, posterior a queda do muro de Berlim, os símbolos muitas vezes importavam mais que as armas, assim como a comunicação muito mais que a correlação de forças. É consensual entre os estudiosos do assunto que o sucesso dos zapatistas deveu-se, em grande parte, à sua estratégia de comunicação, a tal ponto que eles podem ser considerados "*o primeiro movimento de guerrilha informacional*" (CASTELLS, 1999, p. 103). Essa passou a ser também uma das grandes novidades do EZLN, sobretudo se considerarmos que até então, naquele país, o papel da mídia impressa e principalmente televisiva na construção de uma opinião pública esteve vinculado aos interesses de uma minoria de privilegiados que controlava o aparato institucional do Estado-nação, bem como dos grandes

22 Essa busca pelo controle da informação por parte do governo mexicano pode ser notada mesmo antes do levante zapatista (janeiro de 1994), quando se articularam as primeiras escaramuças do EZLN contra o exército federal (maio de 1993) e o presidente mexicano procurou abafá-las a fim de evitar problemas na ratificação do NAFTA pelo Congresso dos EUA. Cf. Castells, 1999, p. 98.

23 Apesar de ter evitado uma confrontação direta, das tentativas de diálogo e das mesas de negociação, o governo tem aumentado os efetivos militares no Estado de Chiapas e tem incentivado o surgimento de diversas forças paramilitares. Cf. Bisco Júnior, 2006, p. 5.

grupos empresariais e financeiros. O movimento zapatista, ao apresentar como estratégia a utilização da internet como espaço informativo e canal de comunicação com o mundo, adquiriu um ineditismo na era das comunicações de rede, como dito abaixo:

Os zapatistas, ao abarrotarem de informação a internet, tornaram-se um dos exemplos recentes mais bem sucedidos do uso das comunicações via computador por movimentos sociais. Ao impulsionar as redes de apoio e solidariedade ao movimento – dentro e fora do México –, possibilitaram uma discussão em nível mundial sobre a realidade das comunidades indígenas e camponesas, sobre os efeitos das políticas neoliberais no campo social, sobre as implicações da revolta zapatista e muitas outras questões atuais de grande relevância. A popularização do uso da internet colocou em pauta um importante debate sobre as modalidades de contra-ofensiva dos governos, de seus setores militares e de inteligência, das grandes empresas e corporações de comunicação dentro do contexto do fenômeno conhecido como "netwars" – "guerras telemáticas" ou "guerras de redes". (AMADOR GIL, 2005, p. 9).

Assim, notamos que os grandes meios midiáticos, que sempre foram uma poderosa arma do poder vigente, apresentaram lacunas que se converteram em grandes portais no combate a este mesmo poder. Isso porque as redes de riqueza mundiais ao promoverem a globalização possibilitaram também um potencial de comunicação que acabou por servir de munição para os movimentos de resistência a essa mesma globalização. Com bem disse Castells (1999, p. 106) "*Os zapatistas parecem ter transformado em realidade o pior dos pesadelos dos especialistas da nova ordem global*".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADOR GIL, Antônio Carlos. "As Alternativas Políticas que o Zapatismo Operacionaliza na América Latina Contemporânea. Um Caso de História do Tempo Presente". **Dimensões** – Revista de História da UFES. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo. Nº 17, 2005.

BURITY, Joanildo A. "Globalização e Identidade: Desafios do Multiculturalismo". In: **I Conferência Latino-Americana e Caribenha de Ciências Sociais**, Recife. 1999.

BISCO JÚNIOR, José Gaspar. "Nas Trincheiras da Mídia: A Utilização da Internet na Divulgação do EZLN". In: **Revista Eletrônica da ANPHLAC**. Dossiê Representações e Imaginário Político nas Américas. Nº 05. 2006.

BRUIT, Hector H. "A Revolução Mexicana". In: _____. **Revoluções na América Latina: O Que são as Revoluções?** México, Bolívia, Cuba e Nicarágua. São Paulo: Atual, 1988.

CASTELLS, Manuel. "A Outra Face da Terra: Movimentos Sociais Contra a Nova Ordem Global". In: _____. **O Poder da Identidade. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura**. Paz e Terra. São Paulo: 1999.

DELGADO, Ana Carolina e LEMGRUBER, Sílvia. "Os Movimentos Indígenas e suas Implicações para o Processo Político na Bolívia e no Peru". **Observatório Político Sul-Americano**. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Observador On-line. Vol. 01. Nº 4, jun. 2006.

FEATHERSTONE, Mike. **Undoing Culture. Globalization, Postmodernism and Identity**. London/Thousand Oaks/New Delhi, SAGE. 1995.

FRANCHI, Tássio. **Igualdades e Diferenças no Discurso do Exército Zapatista de Libertação Nacional: Construção e Estratégia do Discurso Zapatista (1994-1996)**. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de História, Direito e Serviço Social. UNESP, Franca. 2004.

FUSER, Igor. **México em Transe**. São Paulo: Scritta, 1995.

GIDDENS, Anthony. **Sociology**. Oxford: Polity Press. 1990.

KIMLICKA, Will. The Rights of Minority Cultures. **Canadian Journal of Political Science / Revue Canadienne de Science Politique**. Vol. 31, Nº 1, pp. 201-203, mar. 1998.

ROJAS, Rodrigo Montoya. "Movimentos Indígenas na América do Sul: Potencialidades e Limites". In: BARSOTTI, P. & PÉRICAS, L. B. **América Latina. História, Idéias e Revolução**. São Paulo: Xamã, 1998.

SANTOS, Boaventura de Sousa. "Processos de Globalização". In: _____. (Org.) **A Globalização e as Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez. 2002.

ZIBECHI, Raúl. **Os Índios e o Poder Estatal**. Depois da Bolívia, o Equador. Tradução de João Ogando. Publicado no Semanário Brecha de 25/Out/02. Disponível em <http://resistir.info>.

LE BOT, Ivon. **O Sonho Zapatista**. Tradução de Pedro Baptista. Porto: Edições ASA, 1997.

HOLLOWAY, John. **Mudar o Mundo sem Tomar o Poder. O Significado da Revolução Hoje**. Tradutor Emir Sader. São Paulo: Editora Viramundo. 2003.

SITES:

Indígenas da Guatemala: Entre a Discriminação e a Conquista da Cidadania. In: ADITAL: Notícias da América Latina e Caribe. Guatemala Política. 27.07.04. Disponível em <http://www.adital.com.br/site/noticia2.asp?lang=PT&cod=13222>

Consejo Indígena de Centro América. Movimiento Indígena de Nicaragua. Disponível em <http://www.cicaregional.org/leer.php/3960693>